



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
Campus Jaguarão/RS

Douglas Brum Tavares

Curso de Licenciatura em História

*Entre a Cruz e a Espada: Reflexões sobre a construção do conceito histórico
de Guerra Santa no Ocidente Medieval*

Jaguarão - Rio Grande do Sul
2018

Entre a Cruz e a Espada: Reflexões sobre a construção do conceito histórico de Guerra Santa no Ocidente Medieval

Monografia apresentada ao Curso de História–
Licenciatura Plena, Integral- da Universidade
Federal do Pampa – Campus Jaguarão, como
requisito parcial para obtenção do Título de
Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Edison Bisso Cruxen

JAGUARÃO
2018

DOUGLAS BRUM TAVARES

**Entre a Cruz e a Espada: Reflexões sobre a
construção do conceito histórico de Guerra Santa no
Ocidente Medieval**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de História da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para obtenção do
Título de Licenciatura em História.

Banca examinadora:

Professor Dr. Edison Bisso Cruxen - UNIPAMPA
ORIENTADOR

Professor Dr. Rafael da Costa Campos - UNIPAMPA
Examinador 1

Professora Dr^a. Renata Dal Sasso Freita- UNIPAMPA
Examinador 2

**JAGUARÃO
2018**

Dedico este trabalho a todos que estiveram ao meu lado, principalmente a minha companheira e amiga, Juliana Storniolo da Cunha, e não menos importante, meus pais e meus dois irmãos que sempre acreditaram no meu potencial, tanto me incentivando, quanto ao companheirismo incomensurável.

AGRADECIMENTO

Primeiramente, venho agradecer a todos e todas que sempre estiveram do meu lado, que nunca me deixaram desamparado, principalmente amigos que não estão mais entre nós. Na minha trajetória conheci muitas pessoas, que me ajudaram a crescer, portanto, agradeço por me ajudarem a ser quem sou hoje.

Aos meus amigos: Andrielle Paiva, Allan Cereda, Milena Cristina, Luce Oliveira, Camilla Picanço, Crismara Gaia, Kaiene Pereira, Karina Brisola, Dan Felipe, Edegar Alonso, Hector Zapata, Yuri Andreyans, muito obrigado por me ajudarem a suportar todas as dificuldades da mudanças da faculdade, a saudade da família ou os dias que não tínhamos RU, sim a nossa famosa “racha”. Os momentos de apoio no movimento e da vida, vocês foram grandes pessoas no processo de construção deste momento.

Meus Pais, estes merecem mais que um agradecimento, merecem um grande e forte “OBRIGADO”, por serem quem são e por me ajudarem ser quem sou. Não existe agradecimento no mundo que consiga mensurar todo o sacrifício que vocês fizeram para que este dia chegasse. Sei que não sou o filho mais dedicado, isso eu deixo para meu irmão Ester Bum Tavares, também não sou o mais lógico, já isso o meu irmão Jonatan Brum Tavares, mas mesmo assim vocês nunca desistiram. Isso me deixa muito intrigado, mas sei que vocês me amam e sempre vai ver minhas qualidades, por isso sei que sou a “água negra” na vida de vocês.

Sei que não somos perfeitos, mas a perfeição não é um dom é um castigo, então mana você é o meu, pois não consigo ficar sem você, te amo e sempre vou te amar. A meu irmão, como não te mencionar, o casula da família, mas também, o mais sensato, sempre mediando as conversas com seu “sistema democrático” de fala, respeito seria a melhor forma de descrever o que eu sinto por você. Agradeço a vocês dois por acreditarem e sempre me apoiarem, mesmo estando errado sabia que vocês estariam ali do meu lado me orientando e ajudando a melhorar.

Os familiares, esses, são momentos agradáveis e tranquilos que agradeço, mas não seria hipócrita de não comentar o quanto não estar com

vocês foi difícil, sempre fui muito ligado a meus familiares, por isso eu agradeço a positividade que sempre depositaram em mim. A saudade foi grande, mas sempre estavam lá, no grupo da família comentando e publicando polêmicas. Agradeço por sempre lembrarem de mim, e sempre quando dava irem me visitar.

Entretanto, neste percurso realizai muitas escolhas e nem todas foram tranquilas, a distância e a saudade se fizeram presentes e com elas a despedida, portanto, gostaria de agradecer o meu avô Carlos Fonseca Brum por contribuir com minha curiosidade, incentivando a investigação dos fatos, e conforme o tempo passa se vão grandes personagens da vida que construir, sendo assim, com grande pesar no peito me despido do meu avó e amigo, com uma grande agradecimento. A minha querida avó Irene que faz muita saudade, porém muito presente neste trabalho, como também, minha querida avó Marisa com sua simpatia e parceira de copo, ótimas lembranças, por isso que não tem agradecimento para estas duas mulheres.

Sendo assim, não poderia esquecer dos amigos que construir nos caminhos que tracei neste percurso que a UNIPAMPA, me proporcionou amigos e amigas de ocupação, de movimento estudantil e de vida. Amigos e amigas que me ajudaram a pensar que tudo poderia ficar melhor, que os dias poderiam ser sem proposito, mas mesmo assim seriam grandes dias.

Contudo, essa trajetória não seria possível se não tivesse do meu lado uma grande mulher, companheira e amiga, Juliana Storniolo da Cunha, que sempre, com muita paciência, me confortava após dias cansativos e enlouquecedores. A essa mulher eu agradeço e dedico todo este trabalho, todos os pontos e virgulas, todo conceito e palavra; a ela eu dedico todo o meu companheirismo. Agradeço por ela sempre estar do meu lado, antes e durante a graduação. Porém, não agradeço apenas a minha companheira, mas também a sua família, que me receberam de braços abertos, eu e minha família. Aos senhores Antônio Marques da Cunha e Marlene Stotiolo da Cunha, meus sogro e sogra, agradeço por me ajudar a realizar os meus sonhos, sendo uma grande família.

Por fim, agradeço a todos que estiveram neste processo, me ajudando de todas as formas possíveis. Agradeço com um grande abraço e muito obrigado.

RESUMO

A presente pesquisa propõe analisar o conceito de Guerra Santa e suas transformações e abordagens contemporâneas. Busca-se pensar, principalmente, através da historiografia brasileira e ibérica, produzida a partir da segunda metade do século XX, até o período atual os entendimentos que os conceitos de Cruzada e Reconquista, intrínsecos à Guerra Santa do ocidente medieval, adquirem e quais suas possíveis relações e diferenças. Postula-se uma reflexão inicial sobre a História dos Conceitos, a partir de Koselleck (1992), que serve de base para constituição das reflexões.

Palavras Chaves: Conceitos Históricos; Guerra Santa; Peregrinação.

RESUMEN

La presente investigación se propone analizar el concepto de guerra Santa y sus transformaciones y los enfoques contemporáneos. Buscar-si crees que, principalmente, a través de la historiografía brasileña e Ibérica, producido a partir de la segunda mitad del siglo XX para el período actual los entendimientos que los conceptos de cruzada y Reconquista, intrínseca a la guerra santa del Occidente medieval adquirir y sus posibles relaciones y diferencias. Se postula una reflexión inicial sobre la historia de los conceptos, de Koselleck (1992), que sirve como base para la creación de reflejos.

Palabras Claves: Conceptos históricos; Guerra Santa; Peregrinación.

Sumário

<i>RESUMO</i>	8
<i>RESUMEN</i>	9
<i>INTRODUÇÃO</i>	10
1. <i>ANALISE DOS CONCEITOS E SUAS TRANSFORMAÇÕES.</i>	14
2. <i>A GUERRA E O PENSAMENTO CRUZADISTA</i>	23
2.1 <i>A Sacralização da Guerra: Reconquista e Cruzada</i>	23
2.2 <i>O Pensamento das Cruzadas na Reconquista</i>	27
2.3 <i>Pensamento Cruzadístico na Península Ibérica</i>	31
2.3.1 <i>Cruzada e Reconquista: Suas utilizações no tempo</i>	33
3. <i>RELAÇÕES INTRÍNSECAS DAS MANIFESTAÇÕES BÉLICAS E RELIGIOSAS</i>	36
3.1 <i>As Cruzadas, o fim dos tempos e peregrinação</i>	39
3.2 <i>Guerras (pouco) Santas</i>	41
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	43
<i>REFERÊNCIAS</i>	47

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa propõe analisar as abordagens e compreensões do conceito histórico de Guerra Santa no ocidente medieval, compreendendo outros dois conceitos que servem de base norteadora das reflexões: Cruzada e Reconquista. Objetiva-se pensar estes conceitos através da consulta, preferencialmente, à bibliografia brasileira e ibérica, produzidas entre o final do século XX e a atualidade¹.

Conforme o medievalista brasileiro Ricardo da Costa (1998, p. 31), o conceito de “Guerra Fé” pode ser definido, sucintamente, como a luta armada entre “fiéis” e “infiéis”, cristãos e muçulmanos, no ocidente (Península Ibérica) e oriente (região levantina²), ao longo de séculos no medievo. Costa (1998) ainda apresenta que a Guerra Fé envolvia não somente questões religiosas, mas também econômicas e políticas, como a expansão de territórios de exploração, saques e cobrança de resgates e tributações. Dentro do conceito de Guerra Fé encontram-se a Reconquista da Península Ibérica, as Cruzadas no Oriente e Ocidente e a Jihad islâmica.

Os conceitos históricos estão sujeitos a alterações, ressignificações, críticas e exclusões, principalmente pelo fato de estarem ligados a uma construção teórica, que, muitas vezes, responde a conjunturas ideológicas, regidas por valores, ideias e sentimentos, que são ressignificados no meio acadêmico e na sociedade. Para tanto, a realização deste estudo se baseia na perspectiva apresentada na História dos Conceitos, de Reinhart Koselleck (1992), onde percebemos que as palavras possuem e remetem sentidos específicos que determinam, por sua vez, pontos de vistas que constituem uma história dos conceitos. Desta forma, constitui-se um processo de construção dos conceitos

¹ Sempre que for necessário, para a constituição de um panorama mais amplo e rico, também serão utilizados autores anglófonos, como Bernard Rally (1922), que descreve a transformação territorial da Península Ibérica, a “resistência” e expansão cristã durante a dominação mulçumana e Jean Flori (2013), que produziu uma obra atual, que contém um estado da arte sobre o conceito de Guerra Santa e Cruzada.

² Referentes ao Levante Oriental, especificamente Palestina, onde se desenvolveram as Cruzadas Orientais.

baseados no grau de abstração e teorização das palavras, que remetem a um sentido em um contexto histórico que proporcione uma interpretação coletiva.

As questões que norteiam esta pesquisa, a partir das leituras realizadas, podem ser apresentadas da seguinte forma. Como podemos definir, contemporaneamente, o conceito histórico de Guerra Santa? Quais suas diferentes abordagens e compreensões? Quais relações podem ser estabelecidas entre este conceito norteador e seus desdobramentos Reconquista e Cruzada?

A história dos conceitos coloca-se como problemática indagar a partir de quaisquer determinados conceitos são resultado de um processo de teorização. Essa problemática é possível de ser empiricamente tratada, objetivamente essa constatação, por meio do trabalho com as fontes (KOSELLECK, 1992, 136).

Conforme o exposto na citação acima, utilizaremos fontes que abordem e definam teoricamente o conceito de Guerra Santa, Cruzada e Reconquista. Conforme Koselleck (1992) o conceito se constitui em relação àquilo que se pretende compreender, definindo-se como a relação tensa entre o que se quer tornar inteligível e o conceito (enquanto palavra). Esta relação tensa permite diversas interpretações e (re)significações, partindo de perspectivas teóricas diferentes, bem como fundamentos provindos de contextos históricos e sociais distintos. A tensão interpretativa em relação aos conceitos e suas utilizações na produção de conhecimento histórico é constante. Seus significados podem se alterar ao longo do tempo, conforme a abordagem, recorte e reflexão do pesquisador.

Francisco Garcia Fitz (2009), promove uma reflexão onde indica, a partir da segunda metade do século XX, na Ibéria, o surgimento de uma mudança de pensamento que conduz a uma maior criticidade sobre os conceitos históricos, principalmente com o fim dos sistemas totalitários franquista (Espanha) e salazarista (Portugal). Nesta época, a perspectiva do heroísmo e patriotismo nacionalista de uma Europa cristã, vilipendiada pela invasão muçulmana, bem

como a justiça da sagrada peregrinação³ armada para a reconquista da Terra Santa, durante as Cruzadas orientais, perdem força e lentamente se tornam insustentáveis. No Brasil, a partir da segunda metade do século XX inicia, em nosso meio acadêmico, um crescente interesse pelo período medieval, onde as primeiras obras nacionais passam a ser produzidas, fortemente influenciadas pela historiografia ibérica (e francesa), ganhando maior desenvoltura a partir da década de 80.

Deve ser elucidado que, com o apresentado acima, não temos a intenção, sob forma alguma, de realizar um levantamento completo e exaustivo de todas as fontes bibliográficas produzidas entre Portugal, Espanha, França e Brasil desde o final do século XX. Isto constituiria um esforço demasiado, até mesmo para uma pesquisa de maior fôlego e duração. Entretanto, nos propomos a consultar e utilizar as fontes que tivemos acesso e que consideramos suficientes para desenvolvermos uma reflexão devidamente fundamentada sobre a construção historiográfica do conceito de Guerra Santa do ocidente medieval, dentro do recorte temporal estipulado.

Para Carlos Martinez (2009), em “Definição de Cruzada: Estado da Questão”, há duas principais correntes interpretativas em torno da definição do conceito de Cruzada. A primeira, tradicionalista, que atribui as Cruzadas uma ação militar promovida exclusivamente pelo Papa, com intuito de libertar lugares santos, ocorrendo em um alcance limitado de espaço, tempo e inimigo. Especificamente, a reconquista da cidade santa de Jerusalém, na Palestina, das mãos dos muçulmanos, entre os séculos XI e XIII. A segunda, pluralista, que interpreta as Cruzadas como um movimento em defesa da Igreja e de seus interesses, independente da convocação Papal, do lugar, período ou inimigo. Podendo ocorrer em diferentes recortes temporais e no próprio ocidente, contra outros cristãos ou hereges⁴, como no caso das Cruzadas Albigenses⁵ (na

³ Viagem feita com objetivos religiosos, tendo como meta um santuário com relíquias sagradas que transmitem parte de sua sacralidade ao viajante. Era para o homem medieval um importante instrumento de penitência aos seus pecados e salvação de sua alma. Os principais centros peregrinatórios foram Roma entre os séculos V a X, Jerusalém nos séculos XI e XII e Santiago de Compostela, entre os séculos XI – XIII (FRANCO JR, 2006).

⁴ A raiz da palavra heresia em latim significa escolha ou separação. A escolha de pensar diferente e discordar dos dogmas da instituição Igreja, separando-se dela. Tal posição era

França, no século XIII), ou a realizada pelos cavaleiros teutônicos⁶ no norte europeu, contra as remanescentes populações pagãs da região do mar Báltico (século XIII).

Para tanto, conforme a perspectiva pluralista, tanto existiram Cruzadas no Oriente como no Ocidente. Nesta pesquisa, dedicaremos nossa atenção as Cruzadas orientais, que se configuram em um processo de tempo, espaço e lógica próprios, que a diferenciam das demais. Da mesma forma, em termos de esclarecimento, a maior parte das referências serão feitas em relação a Primeira Cruzada, pois esta, mais do que qualquer outra (dentre as nove existentes), conforme Oldenburg (1968), Runciman (1992), Lyon (1997), Franco Jr (1999) e Tate (2000) traz em si a maior característica de sacralização da guerra, a Guerra Justa e Santa por excelência.

Deste modo, a pesquisa apresenta-se em três capítulos. No primeiro, temos um estudo sobre a História dos Conceitos, conforme, Antoine Prost e Reinhart Koselleck, demonstrando como os conceitos são estruturados e ressignificados ao longo do tempo. No segundo capítulo, realizamos uma reflexão sobre as características definidoras dos conceitos de Guerra Santa, Cruzada e Reconquista. No terceiro capítulo, apresentamos as relações intrínsecas entre Guerra e Sacralidade no medievo ocidental.

considerada intolerável pelo poder eclesiástico que suprimia violentamente estas ações (LYON, 1997).

⁵ Os Albigenses foram um grupo herético do sul da França (séc. XII) que adotaram um posicionamento radical de retorno a um cristianismo evangélico, denunciando de forma contundente a ostentação e falta de caridade da Igreja Católica. Ao se separarem do corpo da Igreja, constituindo comunidades “independentes”, passaram a ser considerados heréticos (LYON, 1997).

⁶ Ordem Religiosa Militar (monges guerreiros) constituída durante as Cruzadas orientais (séc. XII), composta por nobres germânicos. Embora lutassem contra os muçulmanos na Terra Santa, esta ordem teve como principal empenho suprimir os últimos focos de paganismo na Europa e combater todos os possíveis inimigos da Igreja Católica no Ocidente (RAMOS, 1995).

1. ANÁLISE DOS CONCEITOS E SUAS TRANSFORMAÇÕES.

O conceito de Cruzada recebeu diferentes significados atribuídos ao longo do tempo. Para realizarmos a distinção entre este conceito e os demais que envolvem manifestações bélicas relacionadas a religião no medievo, partimos de um recurso comparativo entre suas principais características e compreensões. Da mesma forma, utilizamos a História dos Conceitos, considerando tanto interpretações diacrônicas (construções contemporâneas sobre um conceito aplicado em outro tempo) como sincrônicas (compreensão de como este conceito era entendido em seu tempo). O risco do anacronismo é evidenciado quando comparamos sociedades e períodos diferentes, para tanto, a construção e compreensão de conceitos deve levar em consideração o conhecimento dos fundamentos sócio-político-culturais da sociedade em questão.

As palavras são constituídas de significados que possuem sentidos interpretativos e perceptivos distintos, porém, quando recebem um sentido coletivo, em seu propósito linguístico, evidenciamos a construção de um sentido conceitual. Os conceitos são constituídos por sentidos coletivos específicos, que proporcionam uma designação plural de significados e experiências das realidades do passado ou contemporâneas.

[...] o historiador não pode escolher entre os conceitos da época e os conceitos *ex post* para a abordagem de algumas realidades: referindo-nos à periodização e às evoluções nas diferentes áreas da vida social (PROST, 2008, p. 117).

O conceito de Cruzadas representa fatores e dinâmicas pré-existentes na sociedade medieval. Ao longo de séculos, foram gestados no medievo ocidental características de vinculação entre religião, política e guerra, que possibilitaram a constituição, no século XI. As Cruzadas podem ser definidas como um movimento cristão europeu de peregrinação armada, de reconquista da geografia sagrada católica (Santo Sepulcro⁷), na região do Levante Oriental,

⁷ Na tradição religiosa cristã acredita-se que este seria o lugar onde os restos mortais de Jesus Cristo repousaram antes de sua ressurreição. Por se tratar do fato mais relevante dentro da fé cristã, a Ressurreição do Messias Jesus, este sepulcro é considerado o local mais sagrado da

Palestina, entre os séculos XI-XII. É necessário compreender seus antecedentes, para vislumbrar os fundamentos deste conceito.

Dos conceitos podem resultar múltiplas significações, sendo generalizantes ou a síntese de uma operação intelectual. Entretanto, os sentidos podem apresentar semelhanças, em seus fenômenos ou motivações, sendo específicos em seus contextos. Como exemplo, temos os processo de Reconquista da Península Ibérica e o processo de Cruzadas ocorrido no Oriente. Ambos partem do mesmo conceito religioso de *Guerra Santa*, mas apresentam motivações políticas, econômicas e sociais distintas

Não se trata apenas de uma coleção de traços concretos justapostos, mas também e, em primeiro lugar, de um vínculo entre seus traços e de uma atividade mental muito mais complexa [...] Além disso, é uma opinião preconcebida, em matéria de recorte da realidade em diferentes domínios, que se baseia não apenas em constatações empíricas, mas também em argumentos e em uma teoria (PROST, 2008, p. 122).

Os conceitos podem apresentar fundamentos justapostos, ou seja, diferentes abordagens, em diferentes áreas de conhecimento, podem gerar diferentes sentidos ao mesmo conceito. A compreensão de um mesmo conceito para a política pode ser diferente para a religião ou economia ou mesmo para a História, Filosofia ou Antropologia. Obviamente, também pode ocorrer concordância sobre o significado de um mesmo conceito em diferentes áreas de conhecimento e abordagens. Os conceitos são (re)apresentados através de pensamentos e expressões estabelecidas em formulações teóricas e abstratas, temporais (históricas), podendo adquirir um diferencial de significado e utilização, em relação a sua formulação originária. O “desenrolar” da História nas sociedades reorienta as especificidades dos conceitos. Proporcionando substituições ou relocalizações de seus usos, não se desprendendo, necessariamente, do sentido da palavra que o define.

As palavras não determinam o conceito, mesmo que estas apresentem correlação entre significado e sentido histórico. As palavras não estão circunscritas apenas ao seu contexto gerador. A perspectiva diacrônica

topografia da fé cristã, localizado na cidade santa de Jerusalém, Palestina, Levante Oriental (TATE, 2003).

possibilita estabelecer novas relações de entendimento, mantendo-se a mesma palavra para um conceito que se transforma e se reedita através do tempo. Portanto, a história dos conceitos ultrapassa horizontes e fronteiras, relacionando diversas temporalidades, trazendo o contemporâneo para o não contemporâneo.

Os conceitos adquirem sentidos por sua inserção em uma configuração herdada do passado, por seu valor performático anunciador de um futuro e por seu alcance polêmico no tempo presente. (PROST, 2008, p. 131).

Entretanto, a História dos Conceitos não é a História das Palavras e nem da História Social, mas a constituição de um termo específico político e social, que é utilizado para compreender, através de uma palavra específica, as experiências sociopolíticas vivenciadas, através de uma relação diacrônica. Desta forma, os conceitos não são apenas um fenômeno linguístico, são interpretações concomitantes de fatos e indicadores sociais que são plasmados em palavras e expressões, que definem uma síntese de compreensão, aberta a reinterpretções, ressignificações, acréscimos, supressões e esquecimentos através do tempo. As interpretações dos acontecimentos históricos proporciona a formulação de um conceito, representado por uma palavra, que se relaciona a questões sociais e políticas específicas. Os conceitos contém uma multiplicidade cronológica, revelando o quanto estão carregados de sentidos do presente “que planejam o futuro”, mas determinados por elementos duráveis e originais da sociedade no passado (PROST, 2008).

Um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender, sendo, portanto, a relação entre conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tomado inteligível, uma relação necessariamente tensa. (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Conforme Reinhart Koselleck (1992, p. 136), os “conceitos são resultado de um processo de teorização. Essa problemática é possível de ser empiricamente tratada, objetivamente, por meio do trabalho com as fontes”. O processo de construção conceitual baseia-se na abstração e teorização de palavras que remetem a um sentido e que passam a referenciar um modelo histórico de compreensão sobre fatos ou instituições de uma sociedade. A

História dos Conceitos é fundamental para compreender as transformações e inovações que os tornam socialmente e historicamente específicos. “A significação das palavras no passado exige ser traduzida em uma linguagem compreensível nos dias de hoje e, inversamente, a significação dos conceitos atuais dever ser redefinida se pretendermos traduzir o passado por seu intermédio” (PROST, 2008, p. 129).

Para compreender conceitualmente a Guerra Santa, consideramos dois aspectos:

1) No século IV iniciam-se os fundamentos religiosos, elaborados por Santo Agostino⁸ (século IV e V d.C.)⁹, que justificavam as violências e os conflitos armados em nome de Deus cristão. Os princípios de Guerra Santa de Santo Agostinho serão, posteriormente, retomados por São Tomás de Aquino¹⁰ (século XIII d.C.). Os pensamentos destes teólogos/filósofos terão grande impacto na forma de repensar e agir nas ações bélicas desenvolvidas por cristãos contra muçulmanos, nas disputas territoriais da Península Ibérica, que ficaram conhecidas como Reconquista¹¹ e nas disputas do Levante Oriental, denominadas Cruzadas. Embora o processo da Reconquista cristã da Península Ibérica (séculos X-XV) seja anterior e mais duradouro que o processo das Cruzadas orientais (XI-XIII), este influenciou e potencializou, diretamente, a forma da cristandade agir em relação aquele. Percebe-se então, a existência no pensamento cristão medieval, entre os séculos IV a XIII, de reflexões sobre a sacralização da guerra em nome de Deus.

2) A Reconquista do território cristão na Península Ibérica irá exercer grande influência na conclamação da primeira Cruzada contra os infiéis

⁸ Agostinho, Bispo de Hipona, considerado um dos Doutores da Igreja Católica. Teólogo e filósofo que nos primeiros anos da Igreja possibilitou, através de suas reflexões, fixadas em diversas obras, lançar os fundamentos e dogmas da instituição católica.

⁹ “[...] o cristianismo se tornou religião do Estado, os cristãos foram integrados à sociedade pública e não mais puderam opor uma recusa a uma guerra que se impunha ao agora Império Cristão: a sociedade romana estava exposta a múltiplos ataques, em particular por parte daqueles a que chamamos os “bárbaros”. A partir desse momento, **foi necessário que os cristãos cristianizassem a guerra**” (LE GOFF, 2008, p. 106 – grifo nosso).

¹⁰ Outro Doutor da Igreja Católica, filósofo e teólogo cujas obras foram de importância definitiva para revigorar e transformar a intelectualidade cristã.

¹¹ Investida bélica religiosa executada na Península Ibérica, entre os séculos X a XV, promovida por reis e príncipes católicos, em nome de Deus, para “restaurar” as terras do antigo reino cristão visigodo, que se encontravam sob domínio muçulmano. A invasão muçulmana da Península Ibérica ocorre em 710 d.C., propagando-se em direção ao norte, alcançando, temporariamente, a região sul da atual França (FITZ, 2009).

muçulmanos na Palestina, feita pelo papa Urbano II (1096 d.C). Conforme Flori (2013), o atributo específico das Cruzadas era sua convocação ser realizada apenas pelo Sumo-Pontífice católico. Autores como Hilário Franco Jr (1999) e Cardini (2006), consideram a Reconquista como Pré-Cruzadas¹², processos de Guerra Santa anteriores, que fundamentaram e legitimaram a campanha cristã no Oriente, para reconquista da Terra Santa. Acrescenta-se às características das Cruzadas orientais, a marca da peregrinação. O “tomar a Cruz” e peregrinar desde a Europa até o Levante Oriental, para reaver a posse da cidade sagrada de Jerusalém, constitui-se como aspecto fundamental destas campanhas (CARDINI, 2006). Os atos de peregrinação, na cristandade ocidental, são anteriores a realização da Reconquista e das Cruzadas, sendo totalmente vinculadas ao aspecto de elevação espiritual através do perdão de pecados e purificação do peregrino, que entra em contato com relíquias sagradas de santos. Sua concepção, até então, não comportava objetivos bélicos e de conquista (RAMOS, 1995).

Santo Agostinho acreditava que o pecado fazia parte da natureza humana e a guerra era uma de suas consequências, mas também um mal menor, inevitável e necessário. No mundo, a paz completa jamais poderia ser alcançada. Isso teria feito Agostinho repensar a ética cristã de não violência, uma vez que a paz completa é impossível e que o homem não tem outra opção a não ser aceitar a existência da guerra. Não apenas aceita-la, mas tomar parte efetiva, combatendo o pecado, a maldade e a injustiça. Desta forma, a guerra que é fruto do pecado, poderia se converter em ferramenta de Deus para lutar contra seus inimigos (FITZ, 2003).

A mesma autoridade divina estabeleceu, porém, certas **exceções à proibição de matar** alguém. Algumas vezes, seja como lei geral, seja por ordem temporária e particular, **Deus ordena o homicídio**. Ora, não é moralmente homicida quem deve à autoridade o encargo de matar, pois não passa de instrumento, como a espada que fere. Desse modo, não infringiu o preceito quem, por ordem de Deus, fez guerra ou, no exercício do poder público e segundo as leis, quer dizer,

¹² Diante de certos fracassos das ações bélicas no Levante Oriental e o lento sucesso das lutas contra os muçulmanos no ocidente, a Igreja declara como de mesma importância as Cruzadas do ultramar, *crux marina*, e as cruzadas do continente europeu, *crux cismarina*, sendo ambas justas e racionais.

segundo a **vontade da razão mais justa, puniu de morte criminosos**; assim também não acusam Abraão de crueldade, mas gabam-lhe a piedade, quando, assassino por obediência, quer matar o filho... (SANTO AGOSTINHO, 1992, p. 51-52 – grifos nossos).

Nesta citação Santo Agostinho apresenta seu pensamento de que no cristianismo se concebem exceções a proibição de matar, desde que essas exceções sejam pautadas por vontade divina. Não é assassino aquele que cumprindo as ordens da autoridade recebe a ordem de matar. Este indivíduo, no pensamento agostiniano, não passa de um instrumento da vontade divina, assim como a espada em sua mão é apenas um instrumento de sua ação. Onde estaria o erro em dar morte a um criminoso por justa razão?

Temos que, pelo menos, desde o século IV as concepções de Guerra Santa, desenvolvidas por Santo Agostinho, começam a ser utilizadas no ocidente medieval, como forma de reação e legitimação de guerra contra os inimigos da Igreja. Essas concepções e suas práticas de guerras sacralizadas se intensificam a partir do século X, frente a presença muçulmana na Península Ibérica e ganham proporções de mobilização de todo o mundo cristão ocidental a partir do século XI, com as Cruzadas no oriente. A sacralização da guerra, o conceito que incitava a violência e o empenho em dar a própria vida e tirar vidas, em nome de Deus e da “verdadeira fé”, encontrava-se profundamente enraizado na filosofia, teologia e imaginário cristão, muito antes do Papa Urbano II, conclamar a primeira Cruzada (BRONISH, 2016).

Mesmo que os conceitos fiquem “ligados” a determinadas palavras, que expressam ações específicas, estas palavras se tornam conceitos somente quando as circunstâncias sócio-políticas proporcionam uma experiência coletiva, que proporciona compreensão comum ao significado a ela atribuída. Os conceitos são generalizações de sentidos, simplificações de significados complexos, que passam a ser circunscritos em palavras, cujo conteúdo semântico é compreendido por um grupo, sociedade, cultura... Há um processo de cunhagem de conceitos dentro das sociedades, que parte de uma ação interpretativa constante (KOSELLECK, 1992).

Como exemplo, temos uma primeira concepção de Guerra Santa (séc. IV-V), filosófica/teológica, que está totalmente ligada a uma abstração, uma reflexão. Uma Guerra Santa que está direcionada principalmente ao espírito, a salvação da alma eterna do cristão, empreendida, em grande parte, individualmente, mas que também pode se tornar em uma ação objetiva, física, contra os inimigos da cristandade. Em um segundo momento Guerra Santa (séc. X) passa a significar a luta contra a invasão da expansão muçulmana em território tradicionalmente cristão, na Península Ibérica. Um conceito necessário para a legitimação da luta dos reinos cristãos contra o infiel. Trata-se de reconquistar um pedaço da possessão europeia do cristianismo, tomado pelo califado árabe de Córdoba. Em um terceiro momento, Guerra Santa (séc. XI-XII) toma a configuração de vingar a grande ofensa sofrida pelo ocidente medieval cristão, que teve, em terras distantes, seu local mais sagrado aviltado pelo infiel muçulmano do império turco seljúcida¹³.

A história dos conceitos é, em primeiro lugar um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social ou político. É evidente que uma análise histórica dos respectivos conceitos deve remeter não só à história da língua, mas também a dados da história social, pois toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensões linguísticas (KOSELLECK, 1992, 103).

O estudo da construção de conceitos nos remete ao passado e suas configurações sócio-políticas-culturais, que muitas vezes não são adequadamente apreendidas e compreendidas pelo presente. Portanto, tornar-se fundamental a investigação de significados de ações, instituições e funcionamentos sociais em seu tempo (no passado), para que deste estudo constitua-se uma compreensão conceitual contemporânea. Com isso é possível cunhar um conceito contemporâneo para compreender o passado,

¹³ Tribos asiáticas muçulmanas que provinham do norte do mar Cáspio, empurradas em direção à Anatólia (Turquia), pelos mongóis, no início do século XI. Ao chegarem nesta região os turcos seljúcidas entraram em conflito com o Império Bizantino, conquistando grande parte da Ásia Menor, Levante Oriental e Anatólia, criando o Sultonato Turco Seljúcida (1071-1194) (HOURANI, 2013).

mesmo que determinado período e sociedade não tenham constituído este conceito.

[...] os conceitos são separados de seu contexto situacional e seus significados lexicais investigados ao longo de uma sequência temporal, para serem depois ordenados uns em relação aos outros, de modo que as análises históricas de cada conceito isolado se agregam a uma história do conceito (KOSELLECK, 1992, 105).

O conceito de Guerra Santa da sociedade cristã ocidental medieval, abrangem a Reconquista e as Cruzadas. Mas estes também são conceitos que continuam a ser cunhados contemporaneamente, como instrumentos de compreensão histórica do período medieval. Ocorre um esforço de entendimento em uma perspectiva diacrônica, uma visão do presente sobre o passado, que tanto pode utilizar conceitos talhados pelas próprias sociedades analisadas (“recuadas no tempo”), como pode constituir novos conceitos, a partir do presente, que generalizam, sintetizam compreensões sobre determinados aspectos dessa sociedade pretérita. Em ambos os casos, seja em conceitos produzidos no passado, como contemporaneamente, seus significados e usos continuam em constante processo de transformação e reinterpretação.

[...] a compreensão de fatos históricos únicos demanda o estabelecimento de relações múltiplas com outros fatos, constituindo-se num todo altamente agregado de partes, cuja inteligibilidade escapa à experiência individual particular (KOSELLECK, 1992, p. 143).

Partindo do acima exposto, na citação de Koselleck, não é possível compreender o conceito de Guerra Santa no medievo ocidental sem abordar os conceitos de Reconquista e Cruzada. No medievo também surge o conceito de Jihad, pertencente a fé muçulmana, sendo um dos seus principais preceitos, constituído nas origens do Islã, quando o Profeta Maomé ainda estava vivo e propagando sua nova mensagem. A Jihad, a Guerra Santa muçulmana, justificada e legitimada contra todas as situações que colocam em risco a *Umma* (comunidade universal do Islã), apresenta semelhanças com a Guerra Santa cristã, podendo ser promovida não apenas contra infieis e pagãos, mas também contra outros muçulmanos (HOURANI, 2006). Embora este seja um

conceito correlato, ao qual faremos referências ao longo do trabalho, não o abordaremos da mesma forma e com tantos detalhes, mantendo nossa atenção na Guerra Santa cristã. Acreditamos que o conceito islâmico de Jihad, sozinho, rende um outro trabalho, que demanda outras leituras e abordagens. Entretanto, ainda cabe informar que, tanto no processo de Cruzada como de Reconquista os muçulmanos declararam Jihad contra a Europa, buscando a unificação do Islã, para resistir aos avanços dos cristãos (BARBOSA, 2008; HALMINTON, 2000).

Dando continuidade ao texto, passamos as reflexões sobre as íntimas vinculações entre a guerra e a religião no medievo cristão e de que forma as Cruzadas se enquadram e podem ser compreendidas nesse contexto.

2. A GUERRA E O PENSAMENTO CRUZADISTA

Neste capítulo, direcionamos nosso interesse em identificar as transformações dos conceitos. Como foi demonstrado no primeiro capítulo, os conceitos são formulados conforme as relações sócio-políticas vivenciadas por uma sociedade específica e remetem a um sentido coletivo de identificação.

2.1 A Sacralização da Guerra: Reconquista e Cruzada

Conforme Hilário Franco Jr (1989), Steven Runciman (1992) e Flori (2013), o conceito de Cruzadas apresenta, em seus fundamentos, os mesmos princípios encontrados na Reconquista. Esses pontos de semelhança estão em seus interesses econômicos (expansão territorial, saques, terras férteis, resgates de capturados, escravos, constituição de novos senhorios e títulos nobiliárquicos), religiosos (defesa da fé cristã frente ao infiel muçulmano agressor), sacralização dos combates (a guerra se faz em nome de Deus e de sua vontade, não em nome dos homens), utilização de Ordens Religiosas-Militares de Monges Guerreiros (Templários, Hospitalários, Teutônicos, Santiago, Calatrava, Alcântara, Avis, De Cristo...), concessão de indulgências (o alcance do “tesouro” do Paraíso, ainda em vida, através da remissão de pecados, recebida pela participação em obras “piedosas” ou doações materiais à Igreja), além da criação de santos cavaleiros (São Jorge - “Guerreiro” -, Santiago – “Mata Mouros” - , São Miguel – “Vencedor de Lúcifer”). A sociedade católica medieval estabelecia relações entre seus santos canonizados e a guerra. Os santos exerciam “funções militares”, servindo de modelos a serem admirados e seguidos pelos fiéis.

No século VI, Santo Elesbão, imperador da Etiópia que armou uma “cruzada” e atravessou o Mar Vermelho para combater perseguidores da fé católica na Arábia; Na época das Cruzadas, São Luiz IX (1214-1270), rei da França, que organizou e comandou duas expedições militares que foram ao Oriente com a intenção de reconquistar o Santo Sepulcro;[...] (COSTA; SANTOS, 2010, p. 150 – 151).

Steven Runciman (1992) menciona o papel que o Papa exerceu na compreensão da sociedade sobre a urgência das Cruzadas e sua legitimidade através das armas. Porém, partirá dos cavaleiros (nobreza), guerreiros por excelência, imprimirem no século XI a sacralização do combate¹⁴ em nome da defesa da cristandade. Trata-se de uma sociedade estruturada na santificação da atividade militar por dedicação religiosa, representada, fortemente, nas Ordens de cunho religioso-militar, verdadeiro binômio da nobreza medieval, unindo em um só homem as insígnias de clérigo, defensor espiritual e cavaleiro, defensor terreno. A maioria das Ordens teve sua origem na proteção e assistência à saúde dos peregrinos, que se deslocavam em direção a locais sagrados da cristandade (Jerusalém, Roma, Santiago de Compostela...).

“Os Turcos perfuram irmãos na fé com setas, fazem dos mais velhos alvos móveis para seus malditos arcos. Queimam os braços e pernas dos mártires até carbonizá-los e soltam cães famintos para os devorar ainda vivos.

Ó Francos, o que dizer? O que mais deve ser dito?

A quem, pois, deve ser dirigida a tarefa de vingança tão santa quanto a espada de São Miguel?

A quem Nosso Senhor poderia confiar tal tarefa senão aos seus mais abençoados e fiéis filhos?

Ó Francos, vós não sedes habilidosos cavaleiros? Poderosos guerreiros ao serviço da palavra de Deus? Próximos a **São Miguel** na habilidade de **expurgar o mal pela espada**?

Não mais levantarão as espadas entre si, ceifando vidas e pecando contra o Evangelho. Aproximem-se guerreiros abençoados.

Os que dentre vocês roubaram tornem-se agora soldados, pois a causa é suprema. Aqueles que cultivam mágoas juntem-se aos seus causadores, pois a irmandade é essencial ao objetivo.

Aproximem-se os que desejam vida eterna, aproximem-se os que desejam absolvição no sagrado.

Sabei que Nosso Senhor espera seus filhos em lugar abençoado.

[...] Deixai todas as controvérsias para trás! Uni-vos e acreditai!

Não permitais que posses ou família vos detenham.

Lembra-vos das palavras de Nosso Salvador, “Aquele que abandonar sua morada, família, riqueza, títulos, pai ou mãe pelo meu nome, receberá mil vezes mais e herdará a vida eterna”.

¹⁴ Somente no século XI a compreensão da Guerra Santa se torna precisa. Os conflitos anteriores, em nome da cristandade, embora sejam encarados como guerras santas, não são feitos com o apoio do papado, nem são “conclamadas” por Cristo, não sendo ainda definidas como Cruzadas (RUNCIMAN, 1992).

[...] **Resgatai a Cruz, o Sangue e a Tumba de Nosso Senhor.** Resgatai o Gólgota e santificai o local. No passado vós não lutastes vos pondo em risco de perdição? Não levantastes aço contra iguais? Orgulho, avareza e ganância não foram vossas diretivas? Por isso vós merecestes a danação, o fogo e a morte perpétua. Nosso Senhor em sua infinita sabedoria e bondade oferece aos seus bravos, porém desvirtuados filhos, **a chance de redenção.** A recompensa do sagrado martírio. Ó Francos, ouvi! Deixai a chama sagrada arder nos vossos corações! Sede **instrumentos da justiça** em nome do Supremo! Francos! A Palestina é lugar de leite e mel fluindo, território precioso aos olhos de Deus. Um lugar a ser conquistado e mantido apenas pela fé. Nós apelamos às vossas espadas!” (CHARTRES, 2003, p. 18-19 – grifos nossos – Trechos do discurso de Urbano II ao convocar a Primeira Cruzada).

Grifadas na citação encontramos passagens de grande apelo papal, ao unificar o sagrado ao combate armado. Refere-se a São Miguel, o Arcanjo general das milícias celestiais que vencerem a revolta de Lúcifer contra Deus, purgando o mal pela espada. Clama pelo resgate das relíquias mais sagradas de Jesus Cristo, sua tumba e sua cruz. Oferece a redenção dos pecados aos participantes da campanha, uma vez que eles serão o instrumento da justiça divina. Da mesma forma, no início da citação, Urbano II se empenha em demonizar os muçulmanos com a descrição de toda sua crueldade.

A dedicação à função militar e o uso de violência para instaurar a Paz e garantir a Fé, justifica-se pela compreensão da existência de uma guerra universal, nos planos espiritual e terreno, entre o bem e o mal (MACEDO, 2013). A Guerra Justa¹⁵, promovida contra os inimigos de Deus, não é apenas física, mas também espiritual. Para tanto, os indivíduos que se integravam nas Cruzadas, como guerreiros, abraçavam temporariamente os mesmos votos dos clérigos (pobreza, obediência e castidade), para o bem da purificação de suas almas e para a maior sacralização do peregrino-combatente. Os integrantes das ordens religiosas-militares se consagravam a esses votos em definitivo,

¹⁵ Utiliza-se esse conceito a partir do que é preconizado por Santo Agostinho (séc. V), onde atos de violência para defesa da Igreja e seu “rebanho”, são justificados e não passíveis de condenação. A Guerra Justa também poderia ser preventiva, o que dava direito da cristandade atacar antes mesmo de ser ofendida, antecipando malefícios gerados por pagãos, gentios, hereges ou infiéis. A Justiça Divina concebia a violência e morte como um instrumento legítimo de defesa (RIBEIRO; REIS, 2012).

pois eram, de fato, ordens monacais. Dedicavam suas vidas a ter a cruz em uma mão e a espada em outra (RUNCIMAN, 1992).

Dos três votos, o mais excelente é o de obediência, porque a vontade humana é, de si, um bem mais valioso do que o corpo ou os bens exteriores, e também porque o voto de obediência, de certa forma, contém os outros dois. Pela virtude da religião, qualquer ato virtuoso ordenado ao serviço de Deus e para a honra divina converte-se em ato religioso. Por isso, todos os atos bons realizados por religiosos adquirem mérito e valor especiais, pela excelência da própria virtude de religião. (COSTA; SANTOS, 2010, p. 153).

No momento de uma Guerra Santa, o “serviço militar” era compreendido como uma obra misericordiosa, não havendo guerra mais importante que a travada em nome de Cristo. Através das armas, da violência, da destruição era possível alcançar a “Glória do Paraíso”. Conforme Ricardo da Costa (2010), na Península Ibérica, o espírito cruzadista penetrou na nobreza, principalmente pela influência da abadia de Cluny¹⁶, com o apoio do papado, que difundiu o pensamento do monge-cruzado. Foi “no final do reino de Afonso VIII (1158 – 1214), o Nobre, de Castela, que o caráter de Cruzada foi definitivamente associado à Reconquista” (COSTA, 2010, p. 13).

A grande vitória cristã sobre os muçulmanos, na batalha de Las Navas de Tolosa¹⁷ (1212), auxiliou a promover a associação das Cruzadas à Reconquista, visto que, o triunfo foi alçado a um caráter sagrado, pelo próprio Papa Inocêncio III. Com o Papa Pascoal II, em 1218, a Reconquista passou a ganhar a mesma dimensão e relevância das Cruzadas. Concede-se as mesmas indulgências espirituais para quem lutar na Península Ibérica ou na Palestina (FRANCO JR, 1999).

¹⁶ Abadia criada em 910, na Borgonha, França. Com ela foi instituída a Ordem de Monges de Cluny. Desde sua sede a ordem promoveu uma reforma na Igreja católica a partir do século XI, tornando-se uma das mais poderosas de toda a cristandade. Um de seus principais apoiadores, no século XI, foi o Papa Urbano II, o mesmo que convocou a Primeira Cruzada. Os pensamentos desta ordem monástica tiveram profundo impacto em toda a Europa, em seus preceitos estavam na defesa da Igreja e seus interesses e o combate direto de seus inimigos (LYON, 1997).

¹⁷ Contra o Califado Almoadá, em Jaén, Andaluzia, sul da atual Espanha.

2.2 O Pensamento das Cruzadas na Reconquista

Existiram movimentos de ataque ao poder da Igreja anteriores as Cruzadas, nos séculos IX e X. Estes possibilitaram uma melhor fundamentação do conceito de Guerra Santa e o preparo para a defesa dos interesses da instituição católica. As ameaças internas (movimentos heréticos¹⁸, séculos X e inícios do XI) e externas (invasão muçulmana na Península Ibérica, no sul da Itália, na Ilha da Sicília e em grande parte do Mediterrâneo – séc. VIII-IX), se por um lado, inicialmente, promoveram a desorganização e fragilidade da sociedade, por outro consolidaram os laços entre as populações e a Igreja (Santa Madre Salvador).

Na representação de Cristo, na sociedade medieval, evidencia-se uma dupla essência, temporal e espiritual. A representação de Cristo, embora envolta em símbolos de nobreza (“o rei dos reis”), destaca-se o âmbito da sacralidade, do divino, do celestial. Jesus é denominado *Dominus*, em latim, Senhor, com “D” maiúsculo, título de nobreza. Porém, embora Ele tenha nascido, vivido e morrido entre os homens, é o Senhor dos céus, Senhor do Paraíso, Juiz do Julgamento Final (“Meu reino não é deste mundo”; João;18-36). Dele provém a graça divina que legitima o poder terreno dos reis. Os reis eram a personificação do mais digno poder humano, responsáveis por estabelecer a relação entre a vontade divina e as leis seculares, por eles regidas. O rei, *dominus*, senhor, com “d” minúsculo, é um espelhamento do poder divino de Cristo na terra. Só se pode ser rei vontade divina. Envolto em sacralidade, o monarca terreno é o rei deste mundo (FRANCO JR, 2012).

Na Península Ibérica no século VII, os reis visigodos são compreendidos como os protetores terrenos da fé cristã, um poder secular que expande o território e, com ele, a religião. Isto é interessante para entender que nos

¹⁸ No final do século X e inícios do XI propagaram-se muitos movimentos heréticos de contestação e desobediência da Igreja católica, por toda Europa. A principal motivação estava no desenvolvimento do pensamento milenarista (ano 1000), que conforme a tradição cristã, poderia representar o retorno de Jesus Cristo a terra, mas antes disso, aconteceria a libertação da Besta do Inferno e o reino terreno do Anti-Cristo. Levados pelo medo do final dos tempos, muitos grupos passaram a contestar o funcionamento da Igreja e pregar novas formas de viver a espiritualidade. A grande maioria desses movimentos divergentes e contestatórios foram suprimidos por meio da força, restituindo o controle da Igreja (FRANCO JR, 2012).

séculos XI e XII (período de intensificação da Reconquista) a noção de proteção dos ideais cristãos, frente a um inimigo, não se apresenta como um elemento novo, mas apenas reeditado (SIMÕES, 2014). O VIII Concílio de Toledo (653), determina a função do rei como protetor da verdadeira e única fé, sendo, este poder confirmado e reforçado pela Igreja através da sacralização da coroação. Dessa forma, a coroação legitimava todas ações do rei, que representava a autoridade divina na terra, intermediada pela Igreja. Sendo assim, todas expansões praticadas pelo reino visigodo, representavam a expansão do poder do cristianismo. Paralela a expansão territorial pelas armas, a construção de mosteiros e igrejas, serviam como ferramentas para cristianizar a população pagã (SIMÕES, 2014).

Embora não possamos falar de uma identidade cristã nestes primeiros momentos, podemos, a partir da bibliografia estudada, perceber que se trata dos primeiros passos que o cristianismo passa a dar dentro da sociedade visigoda, em busca da unificação social sob o comando dos pensamentos religiosos, os quais futuramente os identificaram como cristãos. Portanto, esta aproximação do poder Temporal e Espiritual é percebida na medida em que nos Concílios de Toledo havia sempre um representante religioso participando dos assuntos pertinentes à sociedade (SIMÕES, 2014, p. 2076 – 2077).

Os cristãos se concentraram no norte da Península Ibérica (Astúrias), após o avanço muçumano, em 711 d.C. Esse território remanescente possibilitou a reorganização cristã, que posteriormente inicia o processo de Reconquista. Após o fim do Califado de Córdoba (929 - 1031), temos um enfraquecimento do Islã Andaluz. Com a constituição das *taifas*, no século XI, torna-se maior e mais significativo o avanço cristão. O Califado Omíada, que mantinha a unidade política-territorial da Península Ibérica muçulmana, é abolido em 1031, iniciando o primeiro período dos reinos de *taifas*. Estes pequenos reinos se caracterizavam por uma grande fragmentação territorial (39 unidades políticas independentes) e constante disputa de poder entre os príncipes muçulmanos fragilizou militarmente o poder do Islã e permitiu o avanço dos cristãos, que “desceram” do norte, expandindo progressivamente o território das Astúrias (RALLY, 1989).

A Reconquista pode ser descrita como um processo secular (X-XV) de formação da “sociedade guerreira” da Península ibérica. Parte desse processo, entre os séculos XI e XII, é de incorporação e consolidação de uma mentalidade cristã-guerreira-cruzadista, constantemente pronta para avançar cada vez mais ao sul “reconquistando” territórios sob domínio muçulmano. A Reconquista, também será marcada, em menor grau, pela característica de peregrinação, especificamente direcionada a cidade sagrada de Santiago de Compostela. Esta rota de peregrinação, ligando o sul da França com o noroeste da Península Ibérica, possibilitou um fluxo constante de peregrinos armados, que além de cumprirem suas penas espirituais, ao realizarem esse grande deslocamento, também auxiliavam a realizar a manutenção de um hemisfério religioso que separava o Islã (ao sul) e a cristandade (ao norte). O rei Afonso II das Astúrias, teria sido o primeiro a visitar, com toda sua corte, a tumba do santo apóstolo Tiago (Iago, Sant’Iago), no século IX, inaugurando esta rota de peregrinação (REILLY, 1996).

Santiago assume figura guerreira e sacraliza a cidade que guarda seu túmulo (Compostela, na Galícia), após o rei Ramiro I, de Astúrias (conforme a lenda cristã), ter uma visão do santo a frente de seu exército, liderando o ataque contra os muçulmanos, na batalha de Clavijo, da qual os cristãos saíram vitoriosos em 844. Santiago passa a ser denominado, Santiago Matamoros, o santo matador de mouros (muçulmanos), tornando-se um dos principais símbolos da Reconquista (REILLY, 1996).

A pré-existência na cristandade da noção de lugares sagrados, foi fundamental para a consolidação do ato de peregrinação. Com os deslocamentos aos grandes centros da geografia sagrada cristã (Roma, Compostela, Jerusalém...), voluntários ou forçados¹⁹, a Igreja demonstra interesse em proteger lugares sacralizados e impulsiona os fiéis a buscarem a remissão de suas falhas. Estes, são elementos que servem tanto para as Cruzadas como para a Reconquista.

¹⁹ As peregrinações poderiam ser feitas por um ato voluntário de contrição do fiel, ou uma forma voluntária de elevação espiritual, mesmo quando não há pecado envolvido. Da mesma forma, as peregrinações poderiam ser ordenadas como castigo, como penitência aos pecadores, como única forma de remissão de suas falhas (BEAULLIEU, 2006).

No século XII, a concessão dos mesmos direitos de indulgências e privilégios espirituais das Cruzadas para os participantes da Reconquista, contribuiu para o desenvolvimento do pensamento cruzadista peninsular e para a consolidação de uma identidade social guerreira ibérica de luta contra infiéis, hereges e qualquer outro inimigo da verdadeira fé (FITZ, 2009). As relações estabelecidas entre Guerra Santa e Reconquista foram fundamentais na formulação do processo das Cruzadas. Cartas do Papa Celestino III, no século XII, proibem cavaleiros peninsulares de lutarem na liberação do Santo Sepulcro, estes deveriam permanecer na Península, alegando que os combates contra os turcos²⁰ (oriente) e os mouros (ocidente) eram de mesma relevância. Entretanto, existiram questionamentos referentes ao peso da sacralização entre a Reconquista e as Cruzadas. Uma vez que as Cruzadas envolviam a recuperação do Santo Sepulcro, elas deveriam ser percebidas como prioridade na disputa contra os infiéis (FLORI, 2013).

Na Reconquista, assim como nas Cruzadas, a Igreja reforçou o imaginário da sacralização do “bom guerreiro”, engajado em uma guerra justa e divina, aprovada por Deus. Para Santo Agostinho (séc. IV-V), a Guerra Santa sempre era defensiva e necessária para reparar uma ofensa sofrida pela cristandade, que teria o direito de legítima defesa, sempre em busca da paz.

Quem quer observe um pouco as questões humanas e a nossa comum natureza reconhecerá comigo que, assim como não há quem não procure a alegria, também não há quem não queira possuir a paz. Realmente, **mesmo quando alguém faz a guerra, mais não quer que vencer; portanto, é a uma paz gloriosa que pretende chegar, lutando.** Na verdade, que mais é a vitória senão a sujeição dos que resistem? Logo que isto se tenha conseguido, será a paz. **As próprias guerras, portanto, são conduzidas tendo em vista a paz,** mesmo por aqueles que se dedicam ao exercício da guerra, quer comandando quer combatendo. Donde se evidencia que **a paz é o fim desejado da guerra.** Efetivamente, **todo homem procura a paz, mesmo fazendo a guerra;** mas ninguém procura a guerra ao fazer a paz. (SANTO AGOSTINHO, 2000, p. 1909 – grifo nosso).

²⁰ Turcos Seljúcidas, recém convertidos ao Islã sunita, no fim do século XI (FLORI, 2013).

A Guerra como fim último da produção da paz, “todo homem procura a paz mesmo fazendo a guerra”. Os dois movimentos belicosos sacralizados aqui observados, Cruzadas e Reconquista, só teriam fim quando os inimigos da Igreja (agressores) fossem vencidos, alcançando-se assim, finalmente, uma “paz gloriosa”. O ato de pegar em armas não tem a intenção de produzir a guerra, mas de alcançar a paz. Enquanto os potenciais agressores continuassem impunes a instabilidade, a ameaça, a insegurança se manteriam, a subjugação da vontade de Deus se manteria e isto é pior do que os males gerados pela guerra. A situação de instabilidade e ameaça, sem ser afrontada, não tem previsão de fim. A guerra (justa) não apenas conduz ao fim da situação de insegurança, como ainda traz uma grande recompensa, a paz.

2.3 Pensamento Cruzadístico na Península Ibérica

Segundo a cosmovisão²¹ cristã medieval existiam quatro elementos que justificavam a existência de Guerra Santa na Ibéria: os reis eram considerados os vigários de Deus e escolhidos por Ele para serem a cabeça dos Reinos; a Igreja era o ponto fundamental de ligação dos escolhidos de Deus e seus rebanhos; existia um povo escolhido por Deus (o cristão), para viver na terra prometida; essa terra prometida era a Península Ibérica (BRONISH, 2016). Nessa mesma cosmovisão, os visigodos tinham abandonado Deus, seus reis tinham se afastado da Igreja e, em consequência disso, em 711 d.C, foram invadidos e subjugados pelo infiel muçulmano, perdendo seu poder, seus exércitos e a “terra prometida”. Esta comparação conduzia a sacralização das terras da Hispânia a um nível aproximado de Jerusalém (BRONISH, 2016). Parte da remissão do pecado visigodo, castigado por Deus em 711 d.C., estava na nobreza ibérica sair em defesa da Igreja, provando seu valor em campo de batalha, contra os inimigos de Deus. A guerra, ao infiel invasor, era a forma de redimir os pecados cometidos e restaurar a aliança com Deus

²¹ A luta contra os muçulmanos na Península Ibérica era religiosamente percebida como um plano da graça divina, comparado a um ato penitencial cumprido pela cristandade peninsular, que só alcançaria a purificação de seu espírito com a total expulsão do Islã (BRONISH, 2016).

Para Steve Runciman (1992), desde o início do século XI, para o papado, todas manifestações bélicas que pretendem combater os infiéis e hereges são consideradas Santas e, não apenas, anunciam, mas abrem caminho para as Cruzadas, que retroalimentarão, com grande força, a concepção e importância dos combates travados na Ibérica. Deste modo, compreendemos que se estabelece uma mútua influência entre as Cruzadas do Oriente e a Reconquista da Península Ibérica. Nas duas frentes, combater o infiel possui a dupla natureza de martírio (do corpo) e salvação (da alma). Ambas estão diretamente vinculadas a perspectiva de Guerra Justa e Santa. Era correto que os cristãos peninsulares reclamassem as terras invadidas pelos muçulmanos, que antes pertenciam ao reino cristão dos visigodos. Da mesma forma, é justo e sagrado que a cristandade europeia reclame, na Palestina, um território que antes da expansão do Islã pertencia a cristandade oriental (Bizâncio) e onde se encontrava o berço do cristianismo, o Santo Sepulcro.

Analizar la guerra santa en la Península Ibérica implica estudiar dos cosas diversas aunque parecidas: la Reconquista y las cruzadas. El vínculo entre estas dos realidades ha sido un tema muy debatido por los historiadores desde hace más de un siglo. Los problemas de las «proto-cruzadas» en la Península Ibérica —o sea de la Reconquista como modelo de las cruzadas— y de la «contaminación» de las formas de la Reconquista por el ideal y las prácticas de cruzada —o sea de las cruzadas como modelo para la Reconquista (WEBER, 2006, p. 65).

O surgimento do termo “cruzadístico”, está presente na documentação de meados do século XIII, referente aos conflitos armados travados entre o reino de Castela e os muçulmanos. Porém, este confronto possuía uma identidade própria, tendo em vista que o principal poder que o inspira, coordena e executa são os reis peninsulares. Embora compartilhe com a Reconquista as motivações religiosas, econômicas e de expansão territorial, as Cruzadas eram, obrigatoriamente, conclamadas e ordenadas pelos Papas. Como principal diferencial, as Cruzadas tinham como principal mote a recuperação de lugares sagrados das mãos de infiéis, notoriamente, Jerusalém e o Santo Sepulcro, que nela se encontrava (FLORI, 2013).

A Guerra Santa não era apenas agressiva²², ela também possui uma perspectiva benevolente de conversão e paz, com o intuito de apresentar a verdadeira fé para os cativos muçulmanos. A salvação não poderia ser negada a ninguém que desejasse se converter sinceramente. Os infiéis, judeus e muçulmanos, também monoteístas e conhecedores do Antigo Testamento, deveriam ter maior facilidade para aceitar a verdadeira fé. Com isso se dá uma complementação entre a guerra e a paz (FITZ, 2009). Se em um primeiro momento é permitido e necessário o malecídio, ou seja, a morte do mal, configurado no infiel muçulmano e judeu, após a vitória, abre-se a possibilidade da aceitação da conversão sincera dos antigos inimigos, expandindo o rebanho da Santa Madre Igreja Católica (REILLY, 1996).

2.3.1 Cruzada e Reconquista: Suas utilizações no tempo

Conforme Benjamim Weber (2006) e Jean Flori (2013), nas fontes medievais a palavra Cruzada parece apenas no início do século XIII. Paul Rosset (1955) apresenta que a palavra Cruzada, no século XIII, designa uma “expedição”, mas não percebe-se nisso algo de novo e diferenciado. Weber (2006) demonstra que a ausência da palavra até o século XIII, comprova que a peregrinação armada à Terra Santa, no século XI, não deve ter sido percebida pela cristandade como algo novo. Entretanto, a proclamação da Primeira Cruzada (1096 d.C), com um forte apelo de Guerra Santa “universal”, manifesta dimensões desconhecidas até então, como a sacralização e espiritualização do guerreiro-peregrino (RUNCIMAN, 1992).

[...] La palabra cruzada nació de forma contemporánea en los primeros decenios del siglo XIII, en el sur de Francia, pero no sirve para designar lo que los historiadores denominan hoy, preferentemente, «cruzada», es decir, una expedición hacia Jerusalén. (WEBER, 2006, p. 71).

²² Durante as Cruzadas desenvolveram-se as “Procissões da Cruz”, que representavam uma maneira da população, em geral, encenar sua “tomada da Cruz”, tornando-se simbolicamente cruzados. A participação aproximava os fiéis da atuação dos mártires peregrinos que buscavam alcançar a redenção de seus pecados pelo sacrifício em campo de batalha. A procissão ocorria em Florença (Itália), entre as igrejas de Santa Cruz e Vera Croce, ambas dedicadas a Verdadeira Cruz de Jesus (FLORI, 2013).

Conforme Hilário Franco Jr (1991), o termo Cruzada começa a aparecer de forma esporádica, apenas na metade do século XIII, quando este fenômeno histórico já perdia sua força. De qualquer forma, possivelmente, embora o termo Cruzada fosse utilizado, não havia o entendimento que temos contemporaneamente. Os termos medievais mais utilizados para as campanhas no oriente falam de “peregrinações”, “guerra santa”, “expedição da Cruz” e “passagem” (FRANCO JR., 1991, p.7). Progressivamente, no século XIV, a expressão Cruzada, do século XIII, passa a substituir as demais expressões.

¿Qué es entonces la cruzada? Jonathan Riley-Smith, el gran especialista británico de nuestros días, ha sintetizado su esencia diciendo que se trata de una guerra santa por vez primera proclamada por el Papa en nombre de Cristo, cuyos participantes recibían el tratamiento de peregrinos, se comprometían mediante votos y disfrutaban de indulgencias (MARTINÉZ, 2009, p.218).

A Cruzada é uma manifestação da Guerra Santa cristã, que se desenvolve frente aos infiéis na Palestina, Península Ibérica e Alemanha e também contra hereges, cismáticos e cristãos opostos a Igreja. Se trata de um movimento concebido como uma defesa do conjunto da cristandade. Somente ao Papa corresponde o direito de sua autorização legal. Além disso, a Cruzada é uma forma de peregrinação redentora e salvífica que converte a seus participantes, os cruzados, em seres legalmente protegidos em suas pessoas, suas famílias e seus bens, pela própria Igreja, enquanto durar a sagrada missão. Mas, sobretudo, os cruzados recebem a completa remissão de seus pecados através da recepção da Indulgência Plenária (SMITH, 1993 apud MARTINÉZ, 2009, p. 219). A partir dessa definição, percebe-se que Smith (1993) defende o posicionamento pluralista em relação ao conceito de Cruzada, podendo a Reconquista ser considerada como uma forma de Cruzada.

Como outras noções da historiografia medieval, tais como Feudalismo e a própria Cruzada, o termo Reconquista não se utiliza nas fontes da época. Sendo de “criação” relativamente recente, este conceito continua aberto a

debates, reinterpretações ambiguidades e preconceitos por parte da historiografia. O conceito de Reconquista é produzido e começa a se consolidar na segunda metade do século XIX na Espanha, onde desde o início a principal noção aparece associada a formação de uma identidade nacional espanhola. Um dos primeiros historiadores a utilizarem este termo e a contribuir com sua construção foi Ramón Menéndez Pidal, para quem a Reconquista era definida como

“[...] un pasado común a todas las regiones y ofreciendo al mismo tiempo una singularidad esencial frente a otros países europeos: la reconquista, entendida como una lucha armada contra el Islam que se extendería a lo largo de ocho siglos y que permitiría a los “españoles” la recuperación del solar patrio que les había sido arrebatado por los “extranjeros” musulmanes, se convertía a partir de entonces en el elemento nuclear de la formación de la identidad de España como nación y patria común de todos los españoles” (FITZ, 2009, p.144).

O conceito de Reconquista, utilizado para descrever a expansão territorial do cristianismo e a expulsão dos muçulmanos do território de Al Andaluz, foi interpretado, no século XIX e inícios do XX, como o processo de retomada das terras cristãs das mãos de pagãos e o início da construção de uma pátria espanhola. De acordo com Ramón Menéndez Pidal (1991), no século XIX, as raízes da identidade nacional espanhola contemplavam a queda do reino cristão godo, a dominação muçulmana e a Reconquista, esta última, teria fortalecido um conceito religioso unitário que constituiu o propósito nacional da pátria.

3. RELAÇÕES INTRÍNSECAS DAS MANIFESTAÇÕES BÉLICAS E RELIGIOSAS

Jose Luís Martín (1975) e Francisco Fitz (2009), salientam que o conceito de Reconquista, pensado a partir do século XIX, é talhado tendo em vista a última resistência visigoda contra os muçulmanos. Na grande batalha de Covadonga, em 722 d.C., os cristãos finalmente conseguem se proteger em um pequeno território, montanhoso e infértil, no extremo norte da Península (Astúrias). Mas processo de Reconquista só teria se iniciado dois séculos depois, quando já não havia mais nenhum tipo de representação da monarquia visigoda. Ou seja, essa “Reconquista” não seria o retorno dos visigodos, mas a chegada de uma outra população cristã descendente, mas com costumes, política e ritos religiosos diferentes²³.

[...] desde que o que tinha sido "perdido" como resultado da irrupção dos muçulmanos não só tinha sido a "pátria" de seus antepassados, mas também a Igreja, que tinha sido aniquilada pelos seguidores de outra religião, que a recuperação territorial foi apresentada intimamente associada à restauração eclesiástica. Embora houvesse um poder islâmico no local que uma vez ocupou o reino visigodo, aqueles que se posicionaram como seus herdeiros teriam a missão indesculpável de lutar contra os invasores até que o domínio perdido fosse totalmente restaurado e a fé de Cristo retornasse à seu antigo esplendor, um sentimento que às vezes tem sido comparado a um tipo de "destino manifesto" (FITZ, 2009, p. 161).

Steven Runciman (1992), afirmar que, todas manifestações bélicas (Guerras Santa, Reconquista, Cruzadas e Jihad), são fundamentadas na sensibilidade entre o profano e o sagrado. Alejandro Sanjuán (2009), utiliza interpretações jurídicas provindas de ulemás²⁴, fundamentos religiosos presentes no Alcorão e nas tradições da Suna²⁵, repensando as bases

²³ Os ritos religiosos dos Visigodos tinham forte influência do arianismo e de uma síntese com influências germânicas, constituindo, embora cristã, uma Igreja diferente da católica.

²⁴ Ulemá ou álime é um teólogo ou sábio e versado em leis e religião, entre os muçulmanos. Os ulemás são conhecidos como árbitros da charia, o direito islâmico, num sentido mais amplo, o termo "ulemá" é empregado para descrever o corpo de clérigos muçulmanos que completaram vários anos de estudo das ciências islâmicas. (FLORI, 2013)

²⁵ Suna significa os feitos, dizeres e aprovações do Profeta Muhammad. Essas tradições da vida e atuação do Profeta estão registradas nas *hadiths*, os “registros válidos”, que os muçulmanos utilizam como exemplo moral (FLORI, 2013).

conceituais da permissão e sacralização do uso da violência no Islã. Sanjuán explica que a Jihad é algo original no Islã, surge com essa religião, faz parte das revelações recebidas por Maomé e está registrado como lei divina no Alcorão, já a Guerra Santa cristã não consta no Novo Testamento. Seu conceito começa a ser pensado e a ser talhado quatro séculos depois da morte de Cristo.

A lo largo de la historia, las sociedades humanas han desarrollado principios morales y filosóficos y doctrinas legales que legitiman el recurso a la violencia, en sus más diversas formas y manifestaciones. La ideología islámica no ha sido, a este respecto, diferente a otras que la han precedido y sucedido. El islam no se define como una doctrina pacifista basada en la negación absoluta del recurso a la violencia. La propia tradición islámica explica el triunfo de Mahoma como la consecuencia de un conflicto bélico que enfrentó al Profeta y su grupo de primeros seguidores con los dirigentes de la ciudad de La Meca. Existen numerosas referencias al desarrollo de este conflicto en los dos fundamentos textuales de la fe islámica, el Corán y la suna (SANJUÁN, 2009, p. 246).

As primeiras unidades políticas cristãs posteriores ao reino visigodo, no norte da Península, começam a se organizar em meados do século X, bem antes de qualquer influência das Cruzadas. A partir desse período se iniciam cavalgadas na fronteira com o território islâmico. Essas lutas iniciais contra os reinos de taifas, não foram exclusivamente orientadas para a conquista de espólio ou ganho territorial, mas foram cercados por um elo religioso. Na documentação de Navarra, Aragão e mesmo da Catalunha, do séculos XI, os muçulmanos são apresentados como bárbaros e pagãos que ocuparam e destruíram lugares sagrados. As perdas territoriais são registradas como punição de Deus pelos pecados dos antepassados e as ações militares dos cristãos como a justa resposta contra a violência islâmica. Os sucessos nas batalhas são vistos como a manifestação palpável da misericórdia de Deus, da sua mediação, proteção e ajuda no esforço da guerra contra o Islã (FITZ,2009).

O conceito de Reconquista, sendo luta contra o Islã, ganha maior complexidade e coerência com a influência do espírito das Cruzadas, a partir do final do século XI, proporcionando o significado de uma “cruzada hispânica”.

Nesta os combatentes são convocados e liderados por seus reis, inspirados pela vontade divina, com o propósito de recuperar a “pátria” perdida da Igreja.

[...] a primeira característica da guerra contra o Islã na península que deve ser destacada, a fim de compreender o grau de sacralidade com que passou a ser percebida e apresentada nos reinos hispânicos, é que foi um confronto inspirado e dirigido por Deus, cujo início, desse envolvimento e resultado dependiam de Sua vontade [...] Por exemplo, em conexão com a conquista de cidades e fortalezas dos muçulmanos, Afonso VI considerou que ele tinha sido capaz de conquistar Toledo e outras cidades e fortalezas não só «adjuvante Dei gratia», mas também «inspirando *Dei gratia*».(FITZ, 2009, p. 183).

O apelo papal de Urbano II, em Clermont, deixa nítido o objetivo de libertação do Oriente e a recuperação de Jerusalém. O simbolismo depositado em Jerusalém foi profundamente reforçado para os ocidentais, quando associado a previsões Apocalípticas, que se desenvolveram paralelas ao desenvolvimento das Cruzadas. A retomada do Santo Sepulcro e a vitória definitiva contra o perverso infiel muçulmano, indicavam “sinais do tempo” e se confundiam com o próprio retorno de Jesus Cristo (Parusia)²⁶ para julgar toda a humanidade (FLORI, 2013). A princípio o objetivo de Urbano II não era convocar o cristianismo, mas apenas os reis e príncipes. Porém, a associação da imagem de Jerusalém com o Paraíso Terreno e todos os medos e anseios gerados com pensamentos escatológicos, comoveu toda cristandade, tornando as Cruzadas uma Guerra Santa por excelência. Pela primeira vez temos uma guerra sacralizada, dirigida para toda cristandade e não apenas para os reis e príncipes. A projeção do fim dos tempos relacionada a concepção de combate aos infiéis, no oriente e ocidente, é a principal ligação entre Jerusalém e as Guerras Santas (MARTINÉZ, 2009).

²⁶ Segunda vinda de Jesus a Terra, momento no qual irá instituir um reinado de justiça e graça de mil anos, antes de realizar o Julgamento Final de todos os vivos e mortos, colocando um fim ao tempo terreno. As Cruzadas são vistas como um dos sinais da proximidade do retorno de Jesus. Momento em que se combateria e se venceria todos os infiéis impondo, em definitivo, o reino de Deus na Terra.

3.1 As Cruzadas, o fim dos tempos e peregrinação

A visão escatológica depositada pela igreja na reconquista de Jerusalém, envolvendo a possibilidade do final dos tempos, com a ascensão dos inimigos de Cristo, guiados pelo Anti-Cristo, tendo por fim o retorno de Jesus e o Juízo Final é o que Jean Flori (2013) descreve como legitimidade motivacional típica das Cruzadas. A vitória definitiva nas Cruzadas significaria o triunfo da Igreja, a derrota do paganismo e a constituição do reino de Jesus na terra. Um Paraíso Terreno por mil anos, antes de todos os consagrados serem levados ao céu para a Graça eterna.

A conquista de Jerusalém é a verdadeira motivação dos cruzados, sendo a peregrinação um meio para se alcançar a Terra Santa e cumprir a sua piedosa missão. Uma ligação íntima entre Cruzada/cruzados e peregrinação/peregrinos ocorrerá apenas posteriormente, quando Pascoal II (1099 - 1118), começa a utilizar termos de peregrinação para se referir à ação cristã na Terra Santa.

Essa postura, de união entre peregrinação e Cruzadas, se consolida a partir do momento em que os cruzados realizam votos (juramento, compromisso) de aceitar livremente a peregrinação penitencial em nome da cruz. Diante da Santa Madre Igreja, por livre e espontânea vontade, o indivíduo decide libertar-se de seus pecados, através da penitência de peregrinar até Jerusalém, para libertar a cristandade e as terras sagradas da cristandade do jugo muçulmano. Para Jean Flori (2013), com a realização de votos temporários, à Igreja, igualava esses penitentes-peregrinos-guerreiros com os monges, que realizavam votos perpétuas para exercerem a sua obra junto ao rebanho do Senhor.

[...] los cruzados, como penitentes que eran, y al igual que ellos, participen en cierto modo de la espiritualidade monástica. El voto, ciertamente temporal a diferencia del emitido por los monjes, les asimilaba a ellos [...] el voto fue un elemento asociado al movimiento cruzado desde la proclamación urbanista de Clermont, y, además, un instrumento significativamente innovador en manos del Papa que, convirtiendo la espontánea explosión de entusiasmo en compromiso de futuro, era capaz de

garantizar la consumación del proyecto militar [...] Sin duda, esta formalización iría en consonancia con la progresiva ritualización del acto en el que se tomaba la cruz, de la que existen evidencias, por otra parte, no antes del último cuarto del siglo XII (MARTINEZ, 2009, p. 230 - 231).

A utilização da penitência para ações espirituais está associada ao Juízo Final. A participação nas Cruzadas para libertação de Jerusalém e defesa da Igreja é a forma perfeita de redenção dos pecados. Steven Runciman (1992) apresenta que a penitência passa por uma rápida reinterpretação de valorização, com o advento das Cruzadas. Se estabelece uma íntima ligação entre indulgência e penitência, que faz os indivíduos “pegarem a cruz” e se deslocarem em peregrinação para Jerusalém. Jean Flori (2013) observa que, a Igreja ao mesmo tempo em que promete privilégios espirituais, purifica seu rebanho de penitentes e arma uma numerosa força militar para atuar no oriente.

A concessão de indulgências era aplicada aos que morriam na luta justa, mas também para os que não completavam seus deveres militares. Os “Livros de Penitências”, mencionados por Jean Flori (2013), contemplavam reparações a todos participantes, mesmo os que cometessem homicídios em nome de Deus, mesmo os que morressem no deslocamento para Jerusalém, pois todos seriam salvos. Não muito diferente das palavras do Papa Alexandre II (1061 – 1071), dirigidas aos participantes das operações militares no processo de Reconquista da Península Ibérica.

[...] era lícito combatir a los musulmanes y, por consiguiente, no era pecaminoso derramar su sangre, porque, como ocurría con los malhechores, su delito en este caso ocupación de tierras cristianas y persecución contra estos- no debía quedar impune. En cualquier caso, tomar parte en la campaña que habría de desarrollarse en la Península tenía efectos espiritualmente meritorios (MARTINEZ, 2009, p. 234).

A doutrina espiritual derivada das Guerras Santas ampliou a ideia de indulgência, que conduziu a uma ampliação dos interesses da Igreja em trocar a salvação eterna por favores e bens materiais. Conforme Carlos de Ayala Martinez: “el pontificado la idea de que combatir por la Iglesia se traduce en

automática absolución de pecados parece que se fue imponiendo” (2009, p. 235 – 236).

[...] la cruzada, entre otros muchos efectos, tuvo el de incrementar hasta lo inconcebible el poder del pontificado. Ello es también sin duda un elemento implícito en su definición. (MARTINEZ, 2009, p. 239).

A preparação teológica na redenção dos pecados deve ser percebida como uma salvação eterna, encorajando desta forma, os fiéis nas ações militares em nome de Deus.

3.2 Guerras (pouco) Santas

Por princípios, quando a guerra ganha perspectiva sagrada, a ação de mover-se para a batalha não deveria estar ligada aos ganhos, gloria, honra e fama. O combater em nome de Deus, deveria ultrapassar os motivos ideológicos e materiais e concentrar-se no religioso. Entretanto isso não ocorre. Interesses materiais e de glória individual crescem com a sucessão das Cruzadas e o desenvolvimento da Reconquista. Frequentes foram os atritos entre a nobreza cristã por disputas de territórios conquistados aos muçulmanos, domínio de rotas comerciais, recebimento de títulos nobiliárquicos e divisão em saques de grandes cidades (como Jerusalém, Acre, Antioquia, Cesaréia...). A literatura cristã medieval, representa uma cultura bíblica e eclesiástica, que justifica e enaltece o combatente a serviço de Deus, introduzindo um significado romântico e idealizado ao cavaleiro, ao peregrino-guerreiro e o ato de guerrear (BRONISH, 2016). Acreditamos que basta lembrar dois exemplos, uma para as Cruzadas e outro para a Reconquista.

A Quarta Cruzada, em 1204, comandada por Bonifácio II de Montferrat e Balduíno IX de Flandres, com apoio da frota veneziana, foi desviada de seu objetivo de peregrinação de reconquista da Terra Santa de Jerusalém. Em seu lugar os cruzados sitiaram, saquearam e massacraram a população de Constantinopla, justamente cidade que deveriam proteger dos infiéis muçulmanos. Após a queda da capital do império bizantino, o território foi sistematicamente saqueado e subjugado pelos cristãos ocidentais, que se

apossaram das lucrativas rotas comerciais bizantinas e constituíram o que ficou conhecido como Império Latino do Oriente. Muito longe de combaterem o infiel e recuperarem o Santo Sepulcro, os cruzados, guerreiros de Deus, se empenharam em dilapidar e explorar as possessões bizantinas até a ruína completa (RUNCIMAN, 1992).

Com o final do processo de Reconquista no território do Reino de Portugal, em 1249, com a tomada da cidade de Faro, último bastião do Algarve ocidental nas mãos dos muçulmanos, esperava-se a união entre os reinos cristãos para a continuidade da luta contra os infiéis. Entretanto, grande parte da conquista do território algarvio (extremo sul de Portugal) deu-se através da ação da Ordem Religiosa-Militar de Santiago de Compostela, fundada e sediada em Castela, mas a serviço do monarca português. No mesmo ano a coroa castelhana apresentou-se como legítima dona região do Algarve, por direito de conquista, uma vez que a Ordem em questão lhe pertencia. Instaurada a polémica e devido a renitência castelhana, que ameaçava invadir o território português, somente após intervenção papal e a expulsão da Ordem de Santiago de Portugal, a situação se resolveu (BARBOSA, 2008).

CONSIDERAÇÕES

A Guerra Santa no ocidente medieval ou a Guerra Fé, segundo Ricardo da Costa (1998), apresenta-se nos processos de Cruzadas (seja na perspectiva tradicionalista ou pluralista), na Reconquista e mesmo na Jihad islâmica²⁷. São muitas as mútuas influências e relações entre estas formas de fazer a guerra em nome da fé, embora variem características como espaço geográfico e temporal, forma de conclamação, maior ou menor relação com o sagrado e utilização da peregrinação como base para sua realização.

Embora a Reconquista possa ser vista como uma Pré-Cruzada, que ao longo de séculos de realização fundamenta ideologicamente e promove o advento das Cruzadas, a primeira manifestação bélica totalmente sacralizada desde a sua conclamação, por ordem do Sumo Pontífice do catolicismo, é a Cruzada (a Peregrinação da Cruz). Nesta ação estão envolvidos o ato penitencial e salvífico da peregrinação, que une, em uma só pessoa o peregrino-guerreiro; a criação de Ordens Militares Religiosas de monges guerreiros, clérigos que dedicarão sua vida a defesa da cristandade através das armas; relação com um pensamento escatológico, que prevê o final dos tempos após a submissão definitiva do inimigo infiel, na terra onde Jesus viveu sua paixão; a recuperação da mais importante região e local da geografia sagrada cristã, a cidade santa de Jerusalém e o Santo Sepulcro; além do recebimento de Indulgencia Plenária, o favorecimento máximo em termos espirituais.

Interessante perceber que, em um segundo momento, da mesma forma que a Reconquista potencializa ideologicamente a conclamação das Cruzadas, estas, terão uma forte influência, na Península Ibérica, constituindo-se o que é possível definir como um pensamento cruzadístico ibérico. A partir do século XII a Reconquista passa a receber do papado a mesma importância, com os

²⁷ Até certo ponto de vista, podemos admitir a existência de uma Jihad ocidental, uma vez que ela foi conclamada pelo Islã no Ocidente, tanto na Península Ibérica, contra a Reconquista, como na ilha da Sicília e sul da Itália (Puglia) durante os séculos X e XI, contra o processo de conquista do Emirado da Sicília pelos cristãos normandos.

mesmos privilégios espirituais da Cruzada. Esta nova caracterização intensifica o processo de Reconquista, promovendo-se rotas de peregrinos (obviamente em menor proporção do que nas Cruzadas) também para a Península Ibérica, que lá vão lutar para a libertação do território cristão das mãos muçulmanas.

Embora Urbano II desejasse comover apenas os reis e príncipes, para a libertação de Jerusalém, no momento em que a empreitada das Cruzadas desenvolveu ligações com o pensamento escatológico e milenarista de fim dos tempos e vinda do Anticristo a terra, terminou por comover toda a cristandade, tonando as Cruzadas em um ato sagrado no qual todo cristão deveria se envolver direta ou indiretamente (tomando a Cruz simbolicamente). Conforme Flori (2013), se comparássemos com a guerra santa muçulmana (Jihad), as Cruzadas “[...] para os cristãos da época, equivalia àquilo que para os muçulmanos seria uma guerra santa destinada a reconquistar Meca, caso este estivesse nas mãos dos “infiéis”, não muçulmanos” (FLORI, 2013, p. 360).

O conceito de Cruzada pode ser compreendido como sinônimo de Guerra Santa e de Guerra Justa da Cristandade contra seus inimigos, sejam eles quais forem. Entretanto, a Guerra Santa não se resume apenas as Cruzadas, podendo ser aplicada também à Reconquista e, até mesmo, para a Jihad muçulmana. Da mesma forma, deve-se chamar a atenção para que toda Guerra Santa é Guerra Justa, mas nem toda Guerra Justa pode ser considerada Guerra Santa.

A Guerra Justa pode ser movida pelo papado ou por monarcas, dentro da própria cristandade, contra inimigos internos ou invasores externos, sem ser revestida de sacralidade. Nesse caso, sendo apenas Guerra Justa, adquire-se o direito de exercer um ato de violência contra os agressores, com fins de autodefesa, mas sem envolver a proteção de lugares sagrados, libertação da população cristã das mãos de infiéis, não havendo indulgências aos combatentes, ou favorecimentos espirituais.

A Reconquista pode ser compreendida como uma Guerra Santa, uma Guerra Justa e como uma pré-Cruzada, embora, posteriormente, tenha sido diretamente influenciada pelas Cruzadas. Muitos autores, como foi demonstrado ao longo do texto, também compreendem a Reconquista como uma forma de Cruzada.

As Cruzadas são, por definição, uma Guerra Santa contra o Islã, mas também são uma guerra de Reconquista de territórios sagrados para a cristandade. Conforme Flori (2013), as Cruzadas tem um grande diferencial de todas os outros conflitos com fundo religioso sacralizado, pois tem a particularidade de ser um esforço bélico cristão para reconquistar o lugar mais sagrado da cristandade, o Santo Sepulcro, em um território ultramarino (a Palestina). Além de serem fortemente (muito mais do que a Reconquista) marcadas pela sacralização da peregrinação. Nas Cruzadas o combatente é um peregrino, que consagra sua trajetória à purificação de sua alma e a reparação da ofensa sofrida por Cristo, frente aos muçulmanos.

Ao contrário da Jihad, tanto a Reconquista quanto as Cruzadas orientais se desenvolvem em resposta a invasões. Pode-se aceitar que a Jihad²⁸ é o motor da constante expansão territorial do Islã no medievo, fazendo-o alcançar e conquistar territórios como o Levante Oriental (onde se encontrava a Palestina, possessão cristã do império Bizantino) e a Península Ibérica (ocupada pelo reino cristão visigodo). Tanto a Cruzada como a Reconquista, Guerras Santas, se dão como resposta contra a expansão territorial muçulmana, promovida Guerra Santa islâmica, a Jihad.

Fica evidente a ligação intrínseca, profunda, indissociável que a religião cristã, embora adepta da não violência, tem com a guerra no medievo ocidental. A ação bélica está prevista nas reflexões filosóficas-teológicas da cristandade, desde, pelo menos o século V. Em períodos expansionistas

²⁸ Conforme Bernar Lewis (1994), a lógica de expansão territorial do Islã se dava a partir dos conceitos de Dar Al Islã e Dar Al Harb, respectivamente, a Casa do Islã e a Casa da Guerra. A Casa da Guerra era o local para onde o Islã deveria, obrigatoriamente, se expandir, dentro de sua proposta universalista, na tentativa da constituição de um único califado, uma única Umma (comunidade de crentes). A Jihad promovia a justificativa da constante expansão territorial frente aos infiéis.

(Islã/Cristianismo), onde o principal núcleo indenitário era a religião, onde a principal característica de funcionamento da sociedade era a religião, era necessário defende-la através de todos os meios, mesmo que fosse pela força. Certamente, não podemos deixar de lado que, uma vez que movidos pela fé, em busca de uma reparação contra ofensas cometidas contra a cristandade, os guerreiros de cristo, seja no ocidente, seja no oriente, também lucrassem com isso, através de saques, conquista de territórios e domínio de novas rotas comerciais. A violência sacralizada no medievo tem em sua base questões religiosas-bélicas-econômicas.

REFERÊNCIAS

ALVARO, Bruno Gonçalves; PRATA, Rafael Costa. “GUERRAS RENDILHADAS DA ERUDIÇÃO: UM BREVE PANORAMA DOS COMBATES E DEBATES EM TORNO DO CONCEITO DE RECONQUISTA”. Universidade Federal de Sergipe, Revista Signum, 2014, vol. 15, n. 2.

BEAULIEU, Marie-Anne Polo de. Peregrinação. In. Dicionário Temático do Ocidente Medieval. Vol. II. EDUSC. São Paulo: 2006, p. 353-376.

BARBOSA, Pedro Gomes. Reconquista Cristã: Nas origens de Portugal – Séculos IX a XII. Ésquilo. Lisboa: 2008.

BRONISH, Alexandre Pierre. Origens e Desenvolvimento da Guerra Santa na Península Ibérica: Palavras e Imagens para Legitimação (século X – XIV). In: ONTALVA, J. Santiago Palacio (org.); MARTÍNEZ, Carlos de Ayala (org.); HENRIET, Patrick(org.). COLEÇÃO DA CASA DE VALÁZQUEZ. Editor Rústico da Casa Valázques, Madri, 2016

CARDINI, Franco. Guerra e Cruzada. In. Dicionário Temático do Ocidente Medieval. Vol. I. EDUSC, São Paulo: 2006, p. 473-486.

COSTA, Ricardo da. O conceito de guerra medieval e o caso histórico português. In: a Guerra na Idade Média. Editora: PARATODOS, Rio de Janeiro, 1998.

CHARTRES, Foucher de. A Primeira Cruzada: Um relato de quem esteve lá. Inquérito. Lisboa: 2001.

EPALZA, Mikael de. “LA ESPIRITUALIDAD MILITARISTA”. Del Islam Medieval el ribat, los ribates, las rabitas y los almonastires de al-andalus.

FITZ, Francisco García. La Reconquista: Um Estado de la Cuestión. Universidad de Extremadura. Clio e Crimen, nº 6. 2009, p. 142-215.

_____. Edad Media: Guerra e ideologia, justificaciones jurídicas y religiosas. Sílex. Madrid: 2003.

FRANCO JR, Hilário. As Cruzadas. Editora: Brasiliense, São Paulo – SP, nº 6. 1999.

_____. O Ano 1000: Tempo de medo ou de esperança? Companhia das Letras. São Paulo: 2012.

FLORI, Jean. GUERRA SANTA: Formação da ideia de cruzada no Oriente cristão”. Editora UNICAMP, Campinas – SP. 2013, p. 349 – 356.

HAMILTON, Bernard. As Cruzadas. Temas e Debates. Lisboa, 2000.

HOURANI, Albert. Uma história dos povos árabes. Companhia das Letras. São Paulo: 2013.

LEWIS, Bernard. Os Árabes na História. Editora Estampa. Lisboa: 1996.

LEWIS, David Levering. O ISLÃ E A FORMULAÇÃO DA EUROPA DE 570 A 1215. Cap. 3, “jihahd”. Página 59 à 89. Editora: Manole, 2010, Barueri – SP – Brasil.

LYON, Henry. Dicionário da Idade Média. Jorge Zahar. Rio de Janeiro: 1997.

RELLY, Bernard, CRISTÃOS E MULÇUMANOS: A Luta Pela Península Ibérica (1031-1072). LISBOA: Teorema, 1922.

MACEDO, José Rivair. “GEURRA SANTA EM PAÍS CRISTÃO”: A Cruzada Albigense. Associação Nacional de História Seção Rio Grande do Sul – ANPHU - RS. GT de Estudos Medievais. 2013.

MATTOSO, José. HISTÓRIA DE PORTUGAL PRIMEIRO VOLUME ANTES DE PORTUGUAL. Editora: Estampa. 1997. P.329 – 343.

LE GOFF, Jacques. Uma Longa Idade Média. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2008.

LEWIS, Bernard. Os Árabes na História. Lisboa: Editora Estampa, 1996.

LEWIS, David Levering. “Jihad!”. In: O Islã e a formação da Europa, de 570 a 1215. Editora Manole Ltda. Baurieri, SP – Brasil. 2010

KOSELLECK, Reinhart. Capítulo 5: História dos Conceitos e História Social. In: Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora/Editora PUC-Rio, 2006.p. 97-118.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos históricos* 5 (10), 1992, p. 134-146.

MARTINEZ, Carlos de Ayala. DEFINIÇÃO DE CRUZADA: Estado da Questão. Universidade Autônoma de Madri. Ed.: Clio & Crimen, nº 6, 2009, p. 216-242.

OLDENBOURG, Zoé. As Cruzadas. Civilização Brasileira. São Paulo: 1968.

ONTALVA, J. Santiago Palacio (org.); MARTÍNEZ, Carlos de Ayala (org.); HENRIET, Patrick(org.); BRONISH, Alexandre Pierre; GONZÁLEZ, David Porrinas; WEBER, Bejamin. Origens e Desenvolvimento da Guerra Santa na Península Ibérica: Palavras e Imagens para Legitimação (século X – XIV). In: COLEÇÃO DA CASA DE VALÁZQUEZ. Editor Rústico da Casa Valázques, Madri, 2016

PROST, Antoine. Capítulo 5: Os Conceitos. In: Doze Lições sobre História. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 115 – 131

RAMOS, Luis García-Guijarro. Papado, Cruzadas y Ordenes Militares: Siglos XI-XIII. Catedra. Madrid:1995.

ROUSSET, Paul. História das Cruzadas. Zahar Editores. São Paulo: 1955.

RUNCIMAN, Steven. História das Cruzadas. Editora: Livros Horizontes Ltda. Lisboa – Portugal, 1992.

SANTO AGOSTINHO. Confissões. Vozes. Petrópolis: 1992.

TATE, Georges. O Oriente das Cruzadas. Quimera. Lisboa: 2000.